

Apresentação - Women Kant Scholars

Marília Espirito Santo

Editora convidada

PNPD/CAPES - PPGLM/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

DOI: 10.5380/sk.v21i2.92126

É flagrante o descompasso entre o número de base e o número de expressão de mulheres na pesquisa científica no Brasil. Trata-se do “efeito-tesoura para mulheres na ciência”, como mostra a pesquisa de Amanda Gorziza e Renata Buono veiculada na revista *Piauí* em 19 de junho de 2023.¹ Embora maioria entre estudantes de mestrado (55%) e doutorado (53%), mulheres tornam-se minoria entre docentes (42%). Gorziza e Buono expõem os dados de 2022 do CNPq, organizados pelo movimento *Parent in Science* segundo recorte de gênero: de cada 100 bolsistas, 65 são homens e 35, mulheres. Dentre os pesquisadores de nível 1A, o mais alto, 73 são homens e 27, mulheres. Em 2022, dos R\$ 274,9 milhões investidos em bolsas Pq de produtividade em pesquisa, R\$ 180,8 milhões foram destinados a trabalhos desenvolvidos por homens e R\$ 94,1 milhões a trabalhos desenvolvidos por mulheres. Das 50 áreas de conhecimento da Capes, apenas 15 apresentam equidade na proporção entre homens e mulheres docentes na pós-graduação. A área de filosofia é uma das 35 em que mulheres estão sub-representadas.

A disparidade dos números na área de filosofia no Brasil confirma-se na pesquisa de Carolina Aratújo, realizada entre 2004 e 2017 com dados oficiais do Inep e da Capes. No artigo “*Quatorze anos de desigualdade: mulheres na carreira acadêmica de filosofia no Brasil entre 2004 e 2017*”², Aratújo mostra que mulheres eram 36,44% na graduação, 30,6% no mestrado, 26,98% no doutorado e 20,14% na docência de pós-graduação. Em um levantamento recente (junho/2023) feito pela atual diretoria da Sociedade Kant Brasileira, contam-se 65 homens e 16 mulheres entre seus membros ativos ou inativos. Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2022, coletados pelos IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres.³

A sub-representatividade das mulheres na pesquisa científica não se restringe ao Brasil. Nos Estados Unidos, em 2021, Huaping Lu-Adler, então vice-presidente da Sociedade Kant Norte Americana (NAKS), lançou o projeto *Virtual NAKS Women’s Network Series*, encontros remotos em que pesquisadoras apresentavam e discutiam seus trabalhos sobre a obra de Kant. Diante do convite para organizar um número que pudesse contribuir com a internacionalização da *Studia Kantiana*, o projeto de Lu-Adler serviu como incentivo para publicarmos trabalhos produzidos por mulheres. Em movimento posterior para unir forças e ampliar a iniciativa, Monique Hulshof, atual coordenadora de publicações e eventos da Sociedade Kant Brasileira

1 Acesso em 20 de junho de 2023. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-efeito-tesoura-para-mulheres-na-ciencia/>>.

2 Acesso em 24 de julho de 2023. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/155750>>.

3 Acesso em 24 de julho de 2023. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>.

(SKB), organizou o *Dossiê “Kantianas”*, lançado em fevereiro de 2023 na *Estudos Kantianos*.⁴

Grupos sub-representados que demandam inclusão são diversos e diversificados. Além do recorte por gênero, outros recortes poderiam analisar raça, etnia, orientação sexual e/ou classe/origem social. Para quem resiste a iniciativas identitárias como esta, observe-se que ainda se fazia necessário tramitar no Congresso Nacional, em junho de 2023, projetos de equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos. A Constituição Federal “já proíbe a diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”⁵, recorda a Agência Câmara de Notícias.

Este volume especial, “*Women Kant Scholars*”, é uma pequena amostra da pesquisa sobre diversas áreas da obra de Kant desenvolvida por mulheres, vinculadas a diferentes Universidades, em diferentes estágios de suas carreiras e em vários países. Se um número como este é oportuno, o mínimo que se pode concluir é que ainda estão longe de realizar-se os ideais do Esclarecimento propagados por Kant, mesmo em âmbitos que deveriam ser os mais esclarecidos.

Os artigos deste número foram submetidos a dupla avaliação cega por pares. Sobre a filosofia prática de Kant escrevem Patricia Kitcher, Melissa Seymour Fahmy, Martina Favaretto, Marcia Baron, Huaping Lu-Adler e Lara Scaglia. Sobre a *Crítica da faculdade do juízo* escrevem Saniye Vatansever e Virginia Helena Aragones Aita. Sobre a filosofia teórica de Kant escreve Mitielei Seixas da Silva. Ao final, Paula Satne publica uma resenha sobre o livro *Happiness in Kant’s Practical Philosophy: Morality, Indirect Duties, and Welfare Rights*, de Alice Pinheiro Walla.

No artigo *The Right vs. the Good: Kant vs. Rawls*, Patricia Kitcher confronta a tese de Rawls sobre o alegado construtivismo de Kant, a quem se deveria atribuir uma versão do realismo em matéria de moral. Rawls sustenta que a prioridade do justo sobre o bem, também presente em *Uma teoria da justiça*, seria característica do construtivismo de Kant. Kitcher pretende mostrar que o justo e o bem são necessariamente coetâneos segundo Kant. A autora aborda a natureza racional como dotada de valor intrínseco e provida dos requisitos necessários para a possibilidade da moralidade. Dentre esses requisitos, a natureza racional deve poder internalizar a lei do dever; deve poder ter a disposição para respeitar a si e àqueles que internalizam a lei do dever; e deve poder pertencer a uma comunidade com outros seres racionais. A partir de uma análise do bem, Kitcher, por fim, afasta de Kant tentativas de tornar a ética dependente da teleologia.

Melissa Seymour Fahmy, no artigo *On Kantian Obligatory Ends and Their Maxims of Actions*, explora, explicita e expande a declaração de Kant na *Doutrina da Virtude* sobre a existência de fins que são também deveres. Segundo a autora, o conceito de fim obrigatório é a contribuição inédita de Kant à ética normativa. Ter um fim é ter razões para praticar ações que promovam tal fim e para omitir ações inconsistentes com ele. Fahmy explora o que significa ter um fim obrigatório centrando-se na felicidade dos outros. Ao rever e ampliar sua interpretação, argumenta que o fim moralmente necessário da felicidade dos outros é prescrito por um tipo de máxima promocional, além de outros três tipos de máximas de ação. A máxima *promocional* determina a realização de um fim. Ela conduz aos deveres amplos ou imperfeitos, como o de beneficência. A máxima *não derogatória* determina a omissão de ações que impeçam a realização do fim ou a omissão do que possa diminuir a felicidade dos outros. A máxima *epistêmica* determina que o agente aumente o conhecimento do impacto de suas ações e de seu discurso nos outros. A máxima *disposicional*, por fim, determina que o agente cultive a disposição adequada ao fim obrigatório da felicidade dos outros.

No artigo *What Is It to Incorporate an Incentive into a Maxim?*, Martina Favaretto toma

⁴ Acesso em 22 de julho de 2023. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ek/issue/view/749>>.

⁵ Acesso em 24 de julho de 2023. Disponível em: <[Studia Kantiana | vol. 21 n. 2 | Ago. 2023](https://www.camara.leg.br/noticias/937651-projeto-torna-obrigatoria-equiparacao-salarial-entre-homens-e-mulheres-para-funcoes-identicas/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20111,P%C3%BAlico%20do%20Trabalho%20(MPT).>>.</p></div><div data-bbox=)

como ponto de partida a análise de Henry Allison sobre a “tese da incorporação”. A autora expande essa tese e sustenta que a formação de interesse é o elo necessário para que um motivo seja adotado como máxima na constituição da conduta racional. Favaretto recorre às indicações de Kant na *Crítica da razão pura* sobre os graus de consciência das representações para sustentar que estas podem ser obscuras também no juízo prático. A autora propõe compreender a “tese da incorporação” em duplo sentido: se o motivo consiste em uma razão suficiente para agir, o agente representa sua máxima de modo claro; se o motivo apenas indica razões relevantes para agir, o agente representa sua máxima de modo obscuro. Nesse último caso, o agente seria capaz de se tornar consciente de sua máxima mediante inferência.

Marcia Baron, em *Kantian Ethics, Feminism, and Worries about Emotional Detachment*, aborda três objeções à ética de Kant centradas no conceito de “abnegação” (*detachment*). Tais objeções visam ao agente moral e versam sobre sua renúncia em relação a outras pessoas, a seus próprios projetos e a seus sentimentos. Elas aparecem principalmente, mas não só, nas críticas feministas à ética de Kant. Baron concorda que a posição de Kant sobre as mulheres é deplorável, mas defende que a filosofia é mais progressista que o indivíduo. Ponto favorável à filosofia moral de Kant seria o igualitarismo. Para além da afirmação de que as mulheres são tão racionais quanto os homens, no entanto, Baron defende que é preciso encontrar mais espaço para o cultivo de sentimentos como parte do desenvolvimento moral.

Huaping Lu-Adler, em *Know Your Place, Know Your Calling: Geography, Race, and Kant’s ‘World-Citizen’*, desafia o alegado igualitarismo de Kant. Lu-Adler argumenta que o ser humano cosmopolita não se refere, segundo Kant, aos seres humanos em geral, mas se restringe ao homem branco ocidental, devido a sua localização geográfica privilegiada. A partir da análise de escritos e lições pré-críticos e críticos, publicados em vida ou inéditos, Lu-Adler pretende mostrar a orientação racista do filósofo. Seu objetivo é claro: não se trata do racismo do indivíduo, mas do educador Kant, expoente do Esclarecimento, que em suas lições pretende formar cidadãos do mundo. Kant estabeleceria uma classificação teleológica das diferentes raças segundo sua situação espacial na Terra. O homem branco ocidental formaria uma raça excepcional, cuja finalidade seria o progresso humano. A filosofia prática de Kant, incluídas a moral, a antropologia e a pedagogia, não seria igualitária, mas racista, pois restrita a uma raça agraciada pela natureza.

Lara Scaglia, em *Kant’s Notion of Human Dignity in Dialogue with Islamic Thinking: For an Interstitial and Extra-National Account of Human Dignity*, propõe uma abordagem original que discute apropriações contemporâneas do pensamento de Kant por sociedades interculturais. Sua análise centra-se na noção de dignidade humana, presente na ética, na política e na jurisprudência. Em reação ao dissenso sobre o significado dessa noção, dissenso que contribui para o aumento do caráter conflituoso das relações internacionais, a autora encontra nos textos de Kant instrumentos para compreendê-la como intersticial e normativa. Ao confrontar o pensamento kantiano com o pensamento islâmico, a autora faz de Kant referência valiosa para o debate sobre a dignidade humana nas tradições ocidental e oriental.

Saniye Vatansever, em *Kant’s Conceptions of the Feeling of Life and the Feeling of the Promotion of Life in Light of Epicurus’ Theory of Pleasure and the Stoic Notion of Oikeiôsis*, busca na Grécia Antiga as origens históricas das noções de “sentimento de vida” e “sentimento de promoção da vida”, que aparecem na *Crítica da faculdade do juízo*. Segundo Vatansever, a primeira, com a qual Kant identificaria o prazer estético, remontaria à teoria epicurista; já a segunda remontaria ao conceito estoico de apropriação de si (*oikeiôsis*). Considerados em suas funções específicas, o sentimento de vida permitiria a consciência da interação harmônica de nossas faculdades, ao passo que o sentimento de promoção da vida permitiria a consciência da relação harmônica de nossas faculdades com a natureza.

Virginia Helena Aragones Aita, em *Inflexão estética e nova dicção da Crítica: uma hermenêutica reflexiva avant la lettre*, examina textos da Primeira introdução à *Crítica da faculdade do juízo* e da

própria terceira *Crítica*, em particular os §§ 49-60. Em um primeiro momento, a autora explora os argumentos de Kant a partir das interpretações de Henry Allison, Béatrice Longuenesse e Rudolf Makkreel, para em seguida considerar as diferentes funções exercidas pela imaginação e os diferentes papéis desempenhados pela reflexão na elaboração do juízo estético, na origem dos conceitos empíricos e na produção dos esquemas transcendentais. Segundo Aita, a interpretação de Makkreel permite considerar uma hermenêutica nessas passagens da terceira *Crítica*. Em um segundo momento, Aita investiga a especificidade da reflexão estética nos §§ 49, 51, 58 e 59. Por fim, a autora confronta os argumentos de Kant com as estéticas de Arthur Danto e Jacques Rancière.

Mitieli Seixas da Silva, no artigo *As Reflexões e as Lições de lógica sobre a formação de conceitos empíricos*, propõe uma interpretação original sobre a formação de conceitos empíricos a partir da distinção entre a gênese lógica (relativa à forma) e a gênese metafísica (relativa ao conteúdo) de um conceito. Em seu argumento, é a gênese lógica o núcleo das preocupações de Kant, voltadas ao papel dos atos de comparação, reflexão e abstração na formação de conceitos empíricos. Sua interpretação é uma crítica à abordagem de Béatrice Longuenesse, cujas teses extrapolariam os limites da lógica geral e confundiriam a questão lógica com a questão metafísica, aproximando-se do tratamento dado por Meier e por Locke ao problema.